SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
PREFÁCIO.....	7
INTRODUÇÃO.....	15
TOMO I – DIREITOS HUMANOS, ATUAÇÃO POLICIAL E TECNOLOGIA	19
1.1. “Caso Escher vs. Brasil” e a Atribuição Exclusiva do Delegado de Polícia como Autoridade Policial na Representação de Medidas Probatórias Tecnológicas – Uma Análise à Luz da Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos	21
<i>Otaviano Toshiaki Uwada</i>	
1.2. Liberdade de expressão e redes sociais: a linha tênue entre o exercício do direito e a prática delituosa. Análise da investigação policial nos crimes cometidos através de perfis anônimos	34
<i>Raquel Santos de Oliveira Mateus Maciel César Silva</i>	
1.3. Status de Jellinek e a Investigação Criminal Tecnológica	45
<i>Mateus Maciel César Silva Janio Konno Júnior</i>	
1.4. Polícia Civil como guardiã da tolerância e da diversidade – a proteção da população LGBTQIA+	55
<i>Fernando Antônio de Lima</i>	
1.5. O papel da tecnologia na nova tipologia de polícia como promotora de direitos humanos universais: uma perspectiva sobre a vítima	77
<i>Marcelo Zago Gomes Ferreira Douglas de Araújo Vargas</i>	

1.6.	A tecnologia e a sua contribuição para a (des) construção dos direitos humanos –	90
	<i>Denize dos Santos Ortiz Joaquim Leitão Júnior</i>	
1.7.	Investigação de Crimes Cibernéticos e a função filtro do Inquérito Policial no Estado Democrático de Direito	101
	<i>Luís Gonzaga da Silva Neto</i>	
1.8.	Cuidar de gente – a face oculta da atividade policial na perspectiva dos direitos humanos	115
	<i>Walter Martins Muller</i>	
1.9.	Autonomia da Polícia Judiciária sob a perspectiva dos sistemas de investigação preliminar	127
	<i>José Francisco Fischinger Vanessa Vitória Oliveira</i>	
1.10.	As revistas íntimas nas unidades prisionais e o custeio de alternativas tecnológicas pelo Funpen	148
	<i>José Rubens Plates</i>	
1.11.	Novos paradigmas da investigação criminal constitucional: a análise dos substratos do conceito analítico de crime pelo delegado de polícia	166
	<i>William Garcez</i>	
1.12.	Colaboração premiada: negócio jurídico processual e meio de obtenção de prova	178
	<i>Iasley Almeida</i>	
1.13.	A extração de dados telefônicos como meio de prova e a (i)nexistência de cláusula de reserva de jurisdição: do princípio da proporcionalidade ao “garantismo penal de mão única”	198
	<i>William Garcez</i>	
1.14.	Formulário Nacional de Avaliação de Risco e sua interação com o exercício da atividade policial: por uma ação integrada na defesa dos direitos humanos das pessoas do gênero feminino vítimas de violência doméstica e familiar	211
	<i>Eldom Stevem Barbosa dos Santos</i>	

1.15. Vulnerabilidade jurídico-funcional e Direitos Humanos “dos” e “pelos” policiais na “sociedade 5.0”: direitos humanos, tecnologia e Defensoria Pública – Uma introdução	229
<i>Maurilio Casas Maia</i>	
1.16. Projeto Polícia Civil Comunitária e Garantia dos Direitos Humanos	246
<i>Higor Vinicius Nogueira Jorge Hélio Molina Jorge Júnior</i>	
TOMO II – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	271
2.1. Breves reflexões sobre a proteção dos dados de localização e novas tecnologias como o “contact tracing”	273
<i>Anderson de Paiva Gabriel Ivana David</i>	
2.2. Comercialização ilegal de dados pessoais: LGPD x Crime como Serviço	286
<i>Dário Taciano de Freitas Júnior Ricardo Magno Teixeira Fonseca</i>	
2.3. <i>Compliance</i> no uso de dados massivos, reflexões sobre Big Data, Inteligência Artificial e LGPD	298
<i>William Lima Rocha</i>	
2.4. Perspectivas criminológicas sobre o anonimato do agente do <i>cybercrime</i>	315
<i>Claudia da Costa Bonard de Carvalho</i>	
2.5. Dados cadastrais e dados pessoais à luz da Lei Geral de Proteção de Dados na investigação criminal	330
<i>Janio Konno Júnior</i>	
2.6. Proteção de dados: da semente da qualidade à colheita digital	340
<i>Claudio Joel Brito Lóssio Rosângela Tremel</i>	
2.7. A importância do <i>compliance</i> para a implementação e efetividade da lei geral de proteção de dados	352
<i>Denize dos Santos Ortiz Joaquim Leitão Júnior</i>	
2.8. Cooperação jurídica e a transferência internacional de dados pessoais à luz da LGPD	362
<i>Luís Gonzaga da Silva Neto</i>	

- 2.9. Segurança da informação: a base para a privacidade 376
Alex Amorim
- 2.10. Definições de conceitos técnicos e dos principais elementos de segurança da informação relacionados à Lei Geral de Proteção de Dados 390
Bruno Anselmo Guilhen
- 2.11. Gestão de Dados e Acesso à Informação na Administração Pública: um Sistema em Diálogo 402
Raquel Rinaldi | Luiz Eduardo Chauvet